



2º Simulado Especial

Câmara Dos Deputados

Técnico Legislativo

Policial Legislativo Federal

Pós-Edital

Caderno de Prova

Nome: _____

INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO

- 1 - Este simulado conta com questões focadas no concurso *Câmara dos Deputados*, cargo de *Técnico Legislativo - Policial Legislativo Federal*;
- 2 - A prova contém itens que abordam conhecimentos cobrados no edital do concurso;
- 3 - As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca organizadora;
- 4 - A participação no ranking classificatório só será permitida até o horário de liberação do gabarito;
- 5 - O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado logo após estas instruções;

PREENCHA SEU GABARITO

Clique no link, ou copie e cole no seu navegador, para preencher seu gabarito.

<https://forms.gle/WbR9X8SG5k93vLQeA>

01 - CE	21 - CE	41 - CE	61 - CE	81 - CE	101 - CE	121 - CE	141 - CE	161 - CE
02 - CE	22 - CE	42 - CE	62 - CE	82 - CE	102 - CE	122 - CE	142 - CE	162 - CE
03 - CE	23 - CE	43 - CE	63 - CE	83 - CE	103 - CE	123 - CE	143 - CE	163 - CE
04 - CE	24 - CE	44 - CE	64 - CE	84 - CE	104 - CE	124 - CE	144 - CE	164 - CE
05 - CE	25 - CE	45 - CE	65 - CE	85 - CE	105 - CE	125 - CE	145 - CE	165 - CE
06 - CE	26 - CE	46 - CE	66 - CE	86 - CE	106 - CE	126 - CE	146 - CE	166 - CE
07 - CE	27 - CE	47 - CE	67 - CE	87 - CE	107 - CE	127 - CE	147 - CE	167 - CE
08 - CE	28 - CE	48 - CE	68 - CE	88 - CE	108 - CE	128 - CE	148 - CE	168 - CE
09 - CE	29 - CE	49 - CE	69 - CE	89 - CE	109 - CE	129 - CE	149 - CE	169 - CE
10 - CE	30 - CE	50 - CE	70 - CE	90 - CE	110 - CE	130 - CE	150 - CE	170 - CE
11 - CE	31 - CE	51 - CE	71 - CE	91 - CE	111 - CE	131 - CE	151 - CE	171 - CE
12 - CE	32 - CE	52 - CE	72 - CE	92 - CE	112 - CE	132 - CE	152 - CE	172 - CE
13 - CE	33 - CE	53 - CE	73 - CE	93 - CE	113 - CE	133 - CE	153 - CE	173 - CE
14 - CE	34 - CE	54 - CE	74 - CE	94 - CE	114 - CE	134 - CE	154 - CE	174 - CE
15 - CE	35 - CE	55 - CE	75 - CE	95 - CE	115 - CE	135 - CE	155 - CE	175 - CE
16 - CE	36 - CE	56 - CE	76 - CE	96 - CE	116 - CE	136 - CE	156 - CE	176 - CE
17 - CE	37 - CE	57 - CE	77 - CE	97 - CE	117 - CE	137 - CE	157 - CE	177 - CE
18 - CE	38 - CE	58 - CE	78 - CE	98 - CE	118 - CE	138 - CE	158 - CE	178 - CE
19 - CE	39 - CE	59 - CE	79 - CE	99 - CE	119 - CE	139 - CE	159 - CE	179 - CE
20 - CE	40 - CE	60 - CE	80 - CE	100 - CE	120 - CE	140 - CE	160 - CE	180 - CE

SIMULADO NO SISTEMA DE QUESTÕES

Clique no link, ou copie e cole no seu navegador, para fazer este simulado também no SQ!

<https://coruja.page.link/7aUL>

CONHECIMENTOS GERAIS**LÍNGUA PORTUGUESA***Felipe Luccas***TEXTO 01****Obesidade no Brasil: um desafio social que exige respostas rápidas e integradas**

O crescimento contínuo da obesidade no país exige que compreendamos melhor a situação atual e as forças que impulsionam essa epidemia. Em menos de duas décadas, a prevalência entre adultos cresceu 118%, passando de 11,8% em 2006 para 25,7% em 2024. Mais da metade dos adultos brasileiros já vive com excesso de peso e, se mantida a trajetória atual, podemos alcançar 75% em 2044, favorecendo não apenas a obesidade, mas outras doenças crônicas associadas. Esses números não são simples dados epidemiológicos; representam vidas atravessadas por doenças evitáveis, perda de qualidade de vida e pressão crescente sobre o sistema de saúde.

Tratar a obesidade como escolha individual, que poderia ser superada apenas com “foco, força e fé”, é perder de vista sua verdadeira natureza: um fenômeno interseccional que expõe desigualdades profundas. O risco é maior entre mulheres, especialmente entre mulheres negras e de baixa renda. Assim como a fome, a obesidade é socialmente determinada: resulta da combinação de insegurança alimentar e ambientes que dificultam escolhas saudáveis e favorecem o consumo de produtos ultraprocessados, cada vez mais baratos em relação aos alimentos in natura e minimamente processados. Não por acaso, um em cada quatro brasileiros consome pelo menos cinco grupos de ultraprocessados por dia.

Partindo do reconhecimento de que a obesidade é uma condição multicausal, seu enfrentamento deve ser intersetorial, envolvendo saúde, educação, assistência social, agricultura, planejamento urbano e defesa do consumidor. Medidas estruturantes incluem ampliar a produção e o acesso a alimentos adequados e saudáveis; fortalecer políticas de renda e segurança alimentar; implementar compras públicas que priorizem a agricultura familiar; regular ambientes alimentares,

especialmente nas escolas; e comunicar com transparência, valorizando o Guia Alimentar para a População Brasileira. Instrumentos econômicos também devem ser considerados, já que simulações indicam que tributar ultraprocessados poderia reduzir substancialmente a carga de doenças crônicas não transmissíveis no Brasil.

Nada disso substitui o papel das famílias e comunidades; ao contrário, cria condições para que escolhas saudáveis sejam possíveis e sustentáveis. Refeições regulares em família, cozinhar mais e depender menos de ultraprocessados, incentivar brincadeiras ativas e reduzir telas são práticas potentes. Mas é injusto exigir que indivíduos, sozinhos, compensem um ambiente que empurra para o adoecimento.

(Fonte: Maria Natacha Toral Bertolin. **UnB Notícias**. Disponível em: noticias.unb.br. Adaptado)

1. De acordo com o texto, o enfrentamento da obesidade no Brasil prescinde de mudanças no comportamento individual, uma vez que o fenômeno se articula em múltiplos fatores sociais.
2. Conclui-se do último parágrafo do texto que o êxito das práticas individuais e familiares no combate à obesidade é indissociável de uma reestruturação do ambiente social, que deve prover as condições necessárias para a sustentabilidade de hábitos saudáveis.
3. Predomina, no primeiro parágrafo do Texto 01, a tipologia textual expositiva.
4. No primeiro período do segundo parágrafo, o termo “que” retoma o segmento “escolha individual”.
5. No segundo período do terceiro parágrafo, o trecho “que priorizem a agricultura familiar” expressa uma condição, evidenciada pela flexão do verbo **priorizar** no modo subjuntivo.

6. No segmento “Mas é injusto” (último período do último parágrafo), a flexão da forma verbal “é” na terceira pessoa do singular justifica-se pela concordância do verbo com o sujeito da oração, que é expresso pela oração subsequente.
7. A oração “Nada disso substitui o papel das famílias e comunidades” (primeiro período do último parágrafo) poderia ser reescrita, sem prejuízo da coerência e da correção gramatical do texto, da seguinte forma: **Substitui-se o papel das famílias e comunidades por nada disso.**
8. A supressão das vírgulas que isolam o vocábulo “sozinhos”, no último período do texto, manteria a correção gramatical do texto, mas alteraria seu sentido original.
9. A locução “já que” (último período do terceiro parágrafo) introduz, na oração em que se insere, valor de causa, podendo ser corretamente substituída por **na medida que**.
10. No primeiro período do segundo parágrafo, a expressão “vista” funciona como complemento indireto da forma verbal “perder”.

TEXTO 02

O *Atlas Mundial da Obesidade* de 2026 apresentou um cenário preocupante da saúde de crianças e adolescentes. Segundo o relatório lançado pela Federação Mundial de Obesidade, com dados do ano passado, uma em cada cinco crianças e jovens, com idade entre 5 e 19 anos, vive com sobrepeso ou obesidade no mundo. No Brasil, esse índice dobra: são dois em cada cinco. Ou seja, nada menos do que quase 17 milhões de habitantes nessa faixa etária, ou cerca de 40% dessa população, estão com sobrepeso ou obesidade.

Não se trata de uma questão pessoal ou de estética, mas de um problema coletivo e de saúde. Por isso, a divulgação do relatório no Dia Mundial da Obesidade, celebrado em 4 de março, busca conscientizar as famílias, as sociedades e os Estados dos riscos do sobrepeso e da

obesidade. Fora do peso ideal, cada vez mais crianças e adolescentes são diagnosticados com doenças de adultos, como hipertensão, doença cardiovascular, colesterol alto, hiperglicemia (altas taxas de açúcar) e doença hepática esteatótica (gordura no fígado).

O poder público não tem o direito de ficar indiferente. As prefeituras, os Estados e o governo federal devem combater o sobrepeso e a obesidade infantojuvenil com seriedade, o que exige a elaboração e a implementação de políticas públicas bem desenhadas, focadas e eficientes.

E sobram exemplos de ações a serem adotadas a fim de mitigar esse problema. Os governos podem restringir a propaganda de alimentos nocivos direcionada às crianças, investir na prevenção e nos cuidados de crianças e adolescentes na atenção primária e os estimular à prática de atividades físicas nas escolas, indo muito além das atividades lúdicas ou recreativas.

O Brasil não pode condenar uma geração a padecer de doenças evitáveis. O custo dessa negligência será alto para as famílias, que terão de cuidar de seus enfermos, e para o Estado, que verá aumentar a demanda pelos serviços no Sistema Único de Saúde (SUS).

(Fonte: Jornal O Estado de S. Paulo. Disponível em: estadao.com.br. Adaptado)

11. Consoante as informações do texto, a negligência em relação a doenças evitáveis no público infantojuvenil acarreta consequências que podem ser classificadas como de natureza mista, atingindo tanto o âmbito doméstico quanto a esfera pública.
12. Depreende-se do texto que há um nexo de causalidade entre o excesso de peso de crianças e adolescentes e o desenvolvimento precoce de enfermidades tipicamente adultas.
13. O vocábulo “mitigar” (primeiro período do quarto parágrafo) poderia ser substituído, sem comprometimento da coerência das ideias do texto, por **atenuar**.

14. Estariam mantidos os sentidos e a correção do texto caso se substituísse, no último período do quarto parágrafo, “indo muito além” por **ultrapassando em muito**.
15. No último período do segundo parágrafo, o emprego de vírgulas após o segmento “doenças de adultos” justifica-se por separar elementos em uma enumeração.
16. No trecho “o que exige a elaboração e a implementação de políticas públicas bem desenhadas, focadas e eficientes” (segundo período do terceiro parágrafo), a forma pronominal “o” retoma a ideia expressa na oração imediatamente anterior.
17. Seria mantida a correção gramatical do trecho “Não se trata de uma questão pessoal ou de estética” (primeiro período do segundo parágrafo) caso ele fosse assim reescrito: **Isso não se trata de uma questão pessoal ou de estética**.
18. No segmento “e os estimular à prática de atividades físicas nas escolas” (último período do quarto parágrafo), a anteposição da forma pronominal “os” ao verbo “estimular” é obrigatória, não sendo admitida a ênclise pronominal, em razão do emprego da conjunção “e”.
19. No trecho “a propaganda de alimentos nocivos direcionada às crianças” (segundo período do quarto parágrafo), o emprego do acento grave no vocábulo “às” justifica-se pela regência do adjetivo **nocivos** e pelo caráter definido do termo feminino “crianças”.
20. Devido às relações sintáticas estabelecidas no primeiro parágrafo, a forma verbal “vive” poderia ser flexionada no plural — **vivem** —, em concordância com a expressão “cinco crianças e jovens”, sem prejuízo da correção gramatical do texto.

LÍNGUA INGLESA

Adolfo Sá

For decades the Chinese government has been accused of implementing repressive policies designed to subjugate ethnic minorities, forcing them to assimilate into the dominant Han culture.

Now a new law set to be rubber-stamped through the country's annual parliamentary session later this week will solidify, expand and even speed up this process, further threatening the rights of minority groups and their way of life, academics and human rights activists say.

The Chinese government, however, defends it as crucial for promoting "modernisation through greater unity" and calls it the law for "Promoting Ethnic Unity and Progress".

It lowers the status of other languages at the expense of Mandarin; encourages intermarriage between the dominant Han Chinese and other ethnicities by prohibiting moves to restrict this; requires parents to "educate and guide minors to love the Chinese Communist Party"; and, in a sweeping generalisation, prohibits any acts seen as damaging to "ethnic unity".

Xi Jinping has repeatedly called for the "Sinicisation of religion", requiring religious practices to conform with what the Communist Party deems to be Chinese culture and values - and experts see this law as an entrenchment of what had already become a core part of his rule.

"Whether it is the promotion of Mandarin or the restrictions on expression of ethnic minority identity, religious practices and so forth, the regime is saying that all that stuff we did is correct and, we are so confident in that, that we are going to now elevate what was previously just sort of policy to the level of basic law," Aaron Glasserman from the University of Pennsylvania says.

With populations ranging from tens of thousands to millions, there are 55 official ethnic minorities in China.

But Beijing has always worried more about some than others - it faces the gravest allegations of human rights violations in Xinjiang, home to Uyghurs and other Turkic minorities, as well as in Tibet.

The Communist Party has relied heavily on promoting fear of retribution to combat any example of dangerous talk of breaking away, rather than offering more

autonomy to make minority groups happier to be part of China.

<https://www.bbc.com/news/articles/c6271gxpdkzo>

- 21.** For years, observers have accused China of implementing coercive policies aimed at eroding minority identities in favor of Han culture.
- 22.** According to academics and activists cited in the text, a new law expected to pass later this week will reduce threats to minority rights by slowing the assimilation process.
- 23.** The law, as described in the text, elevates the status of minority languages and restricts the expansion of Mandarin.
- 24.** The text reports that the law would prohibit intermarriage between Han Chinese and other ethnicities.
- 25.** In the sentence "For decades the Chinese government has been accused of implementing repressive policies designed to subjugate ethnic minorities, forcing them to assimilate into the dominant Han culture.", the pronoun "them" refers to "policies".
- 26.** In the sentence "Now a new law set to be rubber-stamped through the country's annual parliamentary session later", the expression "rubber-stamped" implies that the law will be approved automatically, without significant debate or opposition.
- 27.** In the sentence "The Chinese government, however, defends it as crucial for promoting "modernisation through greater unity" and calls it the law for "Promoting Ethnic Unity and Progress".", "however" expresses conclusion.

28. The excerpt "in a sweeping generalisation, prohibits any acts seen as damaging to "ethnic unity"." could translated as "em uma generalização específica, proíbe quaisquer atos vistos como prejudiciais à 'unidade étnica.'"

29. In the sentence "Xi Jinping has repeatedly called for the "Sinicisation of religion", requiring religious practices to conform with what the Communist Party deems to be Chinese culture and values", "deems" could be replaced by "considers" without changing the meaning of the sentence.

30. In the sentence "But Beijing has always worried more about some than others - it faces the gravest allegations of human rights violations in Xinjiang, home to Uyghurs and other Turkic minorities, as well as in Tibet.", "as well as" indicates manner.

RACIOCÍNIO LÓGICO E NOÇÕES DE ESTATÍSTICA

Carlos Henrique

Considere as proposições:

p: o detector de metais foi acionado;

q: o visitante foi submetido à revista;

r: o acesso à área restrita foi liberado.

Considere a afirmação:

Se o detector de metais foi acionado, então o visitante foi submetido à revista e, se o visitante foi submetido à revista, então o acesso à área restrita foi liberado.

31. A afirmação acima permite concluir logicamente que:

Se o detector de metais foi acionado, então o acesso à área restrita foi liberado.

Considere as proposições:

p: o sistema de vigilância detectou movimento.

q: o protocolo de segurança foi acionado.

Julgue o item a seguir.

32. A proposição

“Se o sistema de vigilância detectou movimento, então o protocolo de segurança foi acionado.”

é logicamente equivalente à proposição

“Se o protocolo de segurança foi acionado, então o sistema de vigilância detectou movimento.”

33. Considere o argumento:

Premissa 1: Se o alarme disparou, então o protocolo de evacuação foi iniciado.

Premissa 2: Se o protocolo de evacuação foi iniciado, então a brigada foi acionada.

Premissa 3: A brigada não foi acionada.

Conclusão: O alarme não disparou.

Esse argumento é logicamente válido.

34. Considere a proposição

$$\neg[(p \vee q) \wedge r]$$

Ela é logicamente equivalente a

$$(\neg p \vee \neg q) \wedge \neg r$$

35. Em um setor da Câmara existem 80 servidores autorizados a acessar uma área restrita.

Sabe-se que:

- 52 possuem treinamento em controle de acesso
- 41 possuem treinamento em defesa institucional
- 23 possuem ambos

O número de servidores que não possuem nenhum desses treinamentos é 10.

36. Uma equipe de segurança possui 9 policiais. Deseja-se formar uma equipe de 4 policiais, sabendo que dois policiais específicos não podem trabalhar juntos. O número de equipes possíveis é 96.

37. Em uma urna existem:

- 5 bolas vermelhas
- 4 bolas azuis
- 3 bolas pretas

Retirando-se 2 bolas sem reposição, a probabilidade de que as duas tenham a mesma cor é $\frac{19}{66}$.

38. Em um levantamento estatístico, um conjunto de 10 valores possui média aritmética igual a 24. Se um novo valor 30 for acrescentado ao conjunto, então a nova média aritmética passará a ser maior que 25.

39. Considere o conjunto de dados

5, 7, 9, 10, 12, 40

Nesse conjunto, a presença do valor 40 faz com que a média seja maior que a mediana.

40. Em um conjunto de dados com variância igual a 9, se todos os valores forem multiplicados por 4, a nova variância será 144.

41. Em uma análise estatística dos tempos de resposta (em segundos) de uma equipe de segurança, foram registrados os seguintes valores: 12, 15, 18, 20, 22, 24, 27, 32

Após a correção de um erro de registro, verificou-se que o valor 32 deveria ser 26.

Nessa situação, pode-se afirmar que a média aritmética do conjunto diminuiu em mais de 1 segundo.

42. Em uma pesquisa realizada com 150 servidores, verificou-se que:

- 90 utilizam transporte próprio;
- 70 utilizam transporte público;
- 25 utilizam ambos os meios de transporte.

Nessa situação, a razão entre o número de servidores que utilizam apenas um desses meios de transporte e o número de servidores que não utilizam nenhum deles é menor que 5.

43. Uma equipe possui 7 homens e 5 mulheres. Escolhendo-se 3 pessoas ao acaso, sem reposição, a probabilidade de que todas sejam mulheres é $\frac{1}{44}$.

44. Se um conjunto de dados x possui média 50 e desvio padrão 6, então, após a transformação

$$y = x + 10$$

a nova média será 60 e o novo desvio padrão será 16.

45. Considere as afirmações:

- Todos os policiais que participaram da operação Alfa participaram da operação Beta.
- Alguns policiais que participaram da operação Beta receberam treinamento especial.

Conclui-se necessariamente que alguns policiais que participaram da operação Alfa receberam treinamento especial.

DIREITO CONSTITUCIONAL

Nelma Fontana

46. A Constituição de 1988 é classificada, quanto à origem, como promulgada, e, quanto à estabilidade, como rígida.

47. A dignidade da pessoa humana integra o rol dos objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil.

48. Os direitos e garantias fundamentais previstos na CF/1988 excluem outros decorrentes do regime e dos princípios por ela adotados.

49. O direito de reunião pode ser exercido independentemente de autorização, desde que seja pacífico, sem armas, em local aberto ao público e não frustre outra reunião anteriormente convocada para o mesmo local e, conforme o STF, o prévio aviso à autoridade competente é desnecessário.

50. Os brasileiros naturalizados podem ocupar o cargo de Ministro do Supremo Tribunal Federal, desde que contem com mais de quinze anos de naturalização.

51. É vedada a cassação de direitos políticos, admitindo-se, porém, sua perda ou suspensão nas hipóteses constitucionalmente previstas.

52. A criação de territórios federais depende exclusivamente de lei complementar federal, dispensada consulta prévia à população diretamente interessada.

53. A intervenção federal nos estados e no Distrito Federal pode ocorrer, entre outras hipóteses, para pôr termo a grave comprometimento da ordem pública.

54. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios deve obedecer aos princípios da legalidade, indivisibilidade, moralidade, publicidade e eficiência.

55. O prazo de validade do concurso público será de até dois anos, prorrogável uma única vez, por igual período, sendo obrigatória a nomeação de todos os aprovados dentro do número de vagas e também dos integrantes do cadastro de reserva.
56. Compete privativamente à Câmara dos Deputados processar e julgar o Presidente e o Vice-Presidente da República nos crimes de responsabilidade.
57. As comissões parlamentares de inquérito podem ser criadas em cada Casa do Congresso Nacional, em conjunto ou separadamente, mediante requerimento de um terço de seus membros, para apuração de fato determinado e por prazo certo.
58. Deputados e Senadores são invioláveis, civil e penalmente, por quaisquer de suas opiniões, palavras e votos, inclusive quando desvinculados do exercício do mandato parlamentar.
59. O presidente da República pode adotar medida provisória sobre matéria relativa a direito penal, processual penal e processual civil, desde que haja relevância e urgência.
60. As polícias legislativas federais destinam-se precipuamente ao policiamento ostensivo das vias públicas no entorno do Congresso Nacional, substituindo, nessa área, a atuação das polícias militares e da Polícia Federal.

LEGISLAÇÃO INTERNA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS

André Alencar

61. É atribuição do Presidente manter a ordem nas sessões da Câmara, embora seja competência da Mesa requisitar reforço policial ao Governo Local
62. A Corregedoria Parlamentar é composta por 1 (um) Corregedor e 3 (três) Corregedores Substituto designados para mandatos de 2 (dois) anos pelo Presidente da Câmara dos Deputados, vedada a recondução no período subsequente, na mesma legislatura
63. Considere que o cidadão João de Tal tenha concorrido ao cargo de Deputado Federal pelo partido Alfa e tenha ficado em 4º lugar entre os candidatos do mesmo partido. O partido Alfa, no entanto, conseguiu eleger apenas três candidatos, então, coube ao candidato João de Tal ficar na condição de suplente. Ocorre que no primeiro ano da legislatura, um dos deputados do partido Alfa tirou licença para tratar de saúde, pelo prazo de 150 dias, e João de Tal tomou posse na condição de Suplente, tendo prestado o compromisso de “manter, defender e cumprir a Constituição, observar as leis, promover o bem geral do povo brasileiro e sustentar a união, a integridade e a independência do Brasil”. Caso haja nova convocação do deputado João de Tal, na terceira sessão legislativa, em razão de ser uma nova Mesa e com novo Presidente da Câmara, então, João de Tal deverá prestar novo compromisso para assumir o mandato de Deputado Federal.
64. Interpretando-se as normas constitucionais e regimentais é possível afirmar que projetos de leis sobre direito penal que criam crimes ou fixam penas não podem ser deliberados exclusivamente em comissões, sendo necessária a deliberação no Plenário

- 65.** Para que a Câmara dos Deputados delibere sobre declaração de guerra ou acordo sobre a paz, a Câmara deliberará em Plenário se a sessão será secreta, sendo aprovado o requerimento, para iniciar-se a sessão secreta, o Presidente fará sair do recinto das tribunas, das galerias e das demais dependências anexas as pessoas estranhas aos trabalhos, inclusive os funcionários da Casa, sem prejuízo de outras cautelas que a Mesa adotar no sentido de resguardar o sigilo
- 66.** Havendo tumulto grave, a sessão da Câmara poderá ser levantada, mesmo antes do prazo previsto para o término dos seus trabalhos.
- 67.** Às 14 horas, nas terças feiras, exceto feriados, dentro do período da sessão legislativa ordinária, os membros da Mesa e os Deputados ocuparão os seus lugares e achando-se presente na Casa pelo menos 51 Deputados, o Presidente declarará aberta a sessão, proferindo as seguintes palavras: "Sob a proteção de Deus e em nome do povo brasileiro iniciamos nossos trabalhos". Não se verificando o quorum de presença, o Presidente aguardará até uma hora, sendo o retardamento deduzido do tempo destinado ao expediente.
- 68.** A declaração de renúncia do Deputado ao mandato deve ser dirigida por escrito à Mesa e independe de aprovação da Câmara, mas somente se tornará efetiva e irrevogável depois de lida no expediente ou disponibilizada no Diário da Câmara dos Deputados, o que ocorrer primeiro
- 69.** Embora seja permitido a qualquer pessoa, convenientemente trajada e portando crachá de identificação, ingressar e permanecer nos edifícios da Câmara durante o expediente, em regra é proibido o porte de arma de qualquer espécie, constituindo infração disciplinar, além de contravenção, o desrespeito a esta proibição.
- 70.** O Departamento de Polícia Legislativa Federal é unidade administrativa, subordinada diretamente à Diretoria-Geral, com atuação em todo o território nacional, sob a suprema direção do Presidente da Câmara dos Deputados, incumbida da proteção de bens, de serviços e de interesses da Câmara dos Deputados
- 71.** Compete ao Presidente da Câmara dos Deputados autorizar o porte de arma aos ocupantes do cargo de Técnico Legislativo - especialidade Policial Legislativo Federal, tal autorização, no entanto, será obrigatoriamente suspensa caso o servidor seja indiciado em inquérito policial ou responda a ação penal por crime que envolva violência ou grave ameaça à pessoa ou quando responda a processo administrativo disciplinar
- 72.** A requisição direta a provedores de internet de dados cadastrais e o peticionamento judicial para quebra de sigilo bancário são atividades típicas do Departamento de Polícia Legislativa Federal. Tais atribuições podem ser exercidas por qualquer ocupante do cargo de Técnico Legislativo - especialidade Policial Legislativo Federal, desde que especialmente designado pelo Diretor do Departamento
- 73.** Consideram-se "áreas de segurança" os locais e suas adjacências onde os Deputados Federais estejam no exercício do mandato
- 74.** A proteção e a segurança do Presidente da Câmara dos Deputados devem ser executadas pelo Depol em qualquer localidade do território nacional e no exterior. Essa prerrogativa de segurança estende-se, de forma automática e vinculante, ao seu cônjuge e aos seus filhos enquanto durar o mandato do Presidente.

75. A Coordenação de Gestão de Tecnologias Policiais e Credenciamento (Cotec) possui, entre suas atribuições, a responsabilidade de gerir e executar a emissão de documentos de identificação funcional e de porte de arma. No entanto, tal emissão restringe-se aos policiais legislativos federais da ativa, sendo vedada a confecção de tais documentos institucionais para os servidores aposentados.

DIREITO ADMINISTRATIVO

Herbert Almeida

O Presidente da República editou um decreto com o objetivo de regulamentar uma lei federal recém-aprovada sobre segurança pública. Contudo, parlamentares da Câmara dos Deputados questionaram o teor do decreto, alegando que ele criou obrigações não previstas na lei original. Paralelamente, o Congresso Nacional preparou-se para analisar as contas anuais da Presidência da República e os relatórios de gestão financeira.

Considerando a situação hipotética acima, julgue os itens a seguir sobre o controle da administração pública.

76. Caso o referido decreto do Presidente da República inove indevidamente na ordem jurídica, ultrapassando os limites do poder regulamentar, o Congresso Nacional poderá sustar o ato normativo, mediante controle legislativo político.

77. A competência para julgar as contas prestadas anualmente pelo Presidente da República é integralmente atribuída ao Tribunal de Contas da União, cabendo ao Congresso Nacional apenas a função de apreciar os relatórios sobre a execução dos planos de governo.

Durante uma operação de fiscalização para combater o comércio irregular de mercadorias, ocorreu um intenso confronto em área urbana. No evento, um profissional de imprensa, que realizava a cobertura jornalística do cerco a um depósito de fogos de artifício, acabou atingido e ferido. Simultaneamente, um indivíduo sob custódia estatal que realizava trabalhos externos na região é atingido por um disparo de arma de fogo de origem pericialmente inconclusiva, vindo a óbito.

Julgue os itens subsequentes, acerca da responsabilidade civil do Estado, considerando a situação hipotética acima.

78. É objetiva a responsabilidade civil do Estado em relação a profissional da imprensa ferido por agentes policiais durante cobertura jornalística, em manifestações em que haja tumulto ou conflitos entre policiais e manifestantes, podendo ser afastada se o profissional descumprir advertência clara sobre acesso a áreas de grave risco.

79. No caso de danos decorrentes do comércio de fogos de artifício, a responsabilidade civil do Estado é objetiva, automática e independe da comprovação de violação de dever jurídico específico de agir ou de prévio conhecimento de irregularidades.

Determinado Estado da federação planeja modernizar sua estrutura administrativa por meio da instituição de uma nova empresa pública e extinção de uma sociedade de economia mista. O projeto envolve a definição dos ritos de criação, a possibilidade de parcerias futuras e a eventual alienação de ativos.

Com base nas normas constitucionais e no entendimento dos Tribunais Superiores, julgue os itens subsequentes.

80. A extinção de empresas públicas e sociedades de economia mista exige obrigatoriamente a autorização em lei específica para esse fim, seguindo o princípio da simetria com a criação.

81. A criação efetiva de uma empresa estatal ocorre na data de publicação do decreto do Poder Executivo que aprova o seu estatuto, independentemente de atos posteriores.

Acerca da improbidade administrativa e do regime jurídico dos servidores federais, julgue os itens a seguir.

82. Compete à autoridade administrativa aplicar a servidor público a pena de demissão em razão da prática de improbidade administrativa, independentemente de prévia condenação, por autoridade judicial, à perda da função pública.

83. O dolo é necessário para a configuração de qualquer ato de improbidade administrativa, de modo que é inconstitucional a modalidade culposa de ato de improbidade administrativa prevista na redação originária da Lei nº 8.429/1992.

Devido a uma inundação severa que comprometeu as instalações de um órgão público, a administração declarou estado de calamidade pública e realizou a contratação direta da empresa "Dilapidando o Erário S.A." para a limpeza e recuperação do local. A administração pública realizou o tratamento de dados dos proprietários da empresa, a pedido dos titulares dos dados, mas sem obtenção de prévio consentimento específico, sob alegação de necessidade de realizar procedimentos preliminares relacionados a contrato. Transcorrido o prazo de um ano, a situação de calamidade ainda persiste, e a administração avalia a possibilidade de manter a empresa no projeto.

84. O tratamento dos dados sem prévio consentimento está de acordo com as disposições da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais, uma vez que houve pedido dos titulares e necessidade de realizar o tratamento como procedimento preliminar à assinatura do contrato.

85. A vedação legal de recontração por dispensa de licitação impede que a empresa participe de futuras licitações destinadas a substituir a contratação direta original, visando a garantir que novos fornecedores tenham acesso aos contratos públicos.

ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA

Leandro Ravyelle

86. No regime jurídico da despesa pública, o pré-empenho pode ser utilizado como procedimento administrativo de reserva interna de dotação em determinados sistemas de gestão, mas não constitui fase legal obrigatória da execução da despesa prevista na Lei nº 4.320/1964; por isso, sua ausência, por si só, não invalida automaticamente o empenho regularmente emitido pela autoridade competente.

87. Durante auditoria realizada pelo órgão de controle interno de determinado ministério, verificou-se que algumas unidades administrativas estavam registrando a liquidação da despesa apenas com base na conferência dos valores constantes da nota de empenho e do contrato administrativo, sem proceder à verificação da entrega dos bens ou da efetiva prestação dos serviços contratados. Os gestores argumentaram que a liquidação seria uma etapa essencialmente formal do processo de execução da despesa.

À luz da Lei nº 4.320/1964, do MCASP (11ª edição) e das normas de execução orçamentária, julgue o item a seguir.

A liquidação da despesa consiste na verificação do direito adquirido pelo credor, tendo por base os títulos e documentos comprobatórios do respectivo crédito, razão pela qual essa fase exige a comprovação da entrega do material ou da efetiva prestação do serviço contratado.

88. Durante auditoria realizada por órgão de controle interno em determinada autarquia federal, verificou-se que algumas unidades administrativas haviam procedido ao cancelamento de notas de empenho referentes a despesas que já haviam sido regularmente liquidadas, em razão do encerramento do exercício financeiro. Os gestores argumentaram que o cancelamento do empenho implicaria automaticamente a extinção da obrigação do Estado perante o credor.

À luz da Lei nº 4.320/1964, do MCASP (11ª edição) e das normas de Direito Financeiro aplicáveis à execução da despesa pública, julgue o item a seguir.

Mesmo que o empenho seja cancelado sob o aspecto orçamentário, a obrigação patrimonial decorrente da liquidação permanece existente enquanto subsistir o direito do credor ao recebimento do valor devido.

89. As despesas de exercícios anteriores correspondem necessariamente às despesas empenhadas em exercício anterior que tenham sido canceladas por insuficiência financeira, razão pela qual apenas essas despesas podem ser pagas no exercício subsequente mediante dotação específica.

90. Em determinada autarquia federal, um servidor recebeu suprimento de fundos para despesas eventuais de pronto pagamento. Antes de apresentar a prestação de contas do adiantamento anterior, requereu novo suprimento, alegando urgência administrativa e juntando despacho de autorização da autoridade competente.

É juridicamente inviável a concessão de novo suprimento de fundos ao mesmo servidor antes da prestação de contas do anterior, desde que haja autorização expressa da autoridade competente e a despesa seja urgente.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

INFORMÁTICA E DADOS

Emannuelle Gouveia

91. O Windows utiliza um sistema de arquivos que permite definir permissões de acesso a arquivos e pastas, possibilitando controlar quais usuários podem ler, modificar ou executar determinados conteúdos.

92. O Gerenciador de Tarefas do Windows permite monitorar processos em execução e recursos do sistema, porém não possibilita identificar quais processos estão associados a usuários específicos logados no sistema.

93. Aplicativos instalados em smartphones Android e iOS operam em ambientes isolados do sistema e de outros aplicativos, sendo necessário conceder permissões específicas para acesso a recursos como câmera, localização e contatos.

94. Uma organização pode utilizar uma LAN para conectar computadores dentro de um mesmo prédio, enquanto utiliza uma WAN para interligar suas filiais localizadas em diferentes cidades.

95. Em redes baseadas na arquitetura TCP/IP, o NAT (Network Address Translation) é utilizado para permitir que dispositivos em uma rede privada utilizem diretamente endereços IP públicos exclusivos para comunicação na Internet, eliminando a necessidade de tradução de endereços no roteador.

96. Ferramentas de webmail e aplicações de produtividade acessadas por navegadores permitem que documentos e mensagens sejam utilizados diretamente pela Internet, porém dependem necessariamente da instalação local do software correspondente no computador do usuário para funcionar corretamente.

97. Usuários de serviços de TI em uma organização devem adotar práticas seguras no uso de sistemas e recursos computacionais, porém a responsabilidade pela proteção das informações é exclusivamente da equipe de segurança da informação, não cabendo aos usuários qualquer dever relacionado à preservação desses dados.

98. Worms e vírus são categorias de malware com mecanismos de propagação distintos. Em muitos ataques, campanhas de phishing são usadas apenas como vetor inicial de entrega, enquanto determinados malwares possuem capacidade de disseminação autônoma após a infecção inicial.

99. Assinaturas digitais baseadas em criptografia assimétrica são utilizadas para garantir autenticidade e integridade de documentos eletrônicos. Em ambientes corporativos, essas assinaturas podem ser utilizadas em conjunto com mecanismos de segurança de endpoint, como antivírus e EDR, para reduzir riscos de execução de código malicioso.

100. Em bancos de dados relacionais, chaves primárias e estrangeiras são utilizadas para estabelecer relacionamentos entre tabelas e garantir integridade dos dados. Nesse contexto, dados não estruturados são armazenados obrigatoriamente em colunas relacionais tradicionais e devem seguir o mesmo esquema rígido utilizado para dados estruturados.

101. Na mineração de dados, diferentes técnicas analíticas são utilizadas para identificar padrões relevantes em grandes conjuntos de dados, apoiando atividades como previsão, segmentação e detecção de anomalias.

102. O conceito de Big Data está associado a ambientes de processamento capazes de lidar com grandes volumes de dados, alta velocidade de

geração e múltiplos formatos de informação, exigindo arquiteturas distribuídas e técnicas analíticas avançadas para extração de valor.

103. Modelos de IA generativa, como grandes modelos de linguagem e modelos de difusão, produzem novos conteúdos ao estimar distribuições de probabilidade sobre dados. Entretanto, esses modelos garantem consistência factual das respostas geradas, pois a saída corresponde necessariamente a registros existentes nos dados de treinamento.

104. Em sistemas de arquivos modernos, quando um arquivo é excluído pelo usuário, o sistema operacional remove imediatamente todos os blocos de dados do disco por meio de sobrescrita automática, o que impede completamente qualquer técnica de recuperação de dados.

DIREITO PENAL

Ivo Martins

Julgue os itens a seguir como **Certo (C)** ou **Errado (E)**:

105. Pelo princípio da legalidade, a criação de tipos penais e a cominação de penas devem ser feitas por meio de lei em sentido estrito, sendo vedada, em regra, a utilização de Medidas Provisórias para tratar de matéria penal incriminadora.

106. De acordo com o Código Penal brasileiro, aplica-se a lei brasileira aos crimes praticados a bordo de aeronaves ou embarcações estrangeiras de propriedade privada, achando-se aquelas em pouso no território nacional ou em voo no espaço aéreo correspondente, e estas em porto ou mar territorial do Brasil.

- 107.** A imunidade parlamentar material (estendida aos membros do Congresso Nacional) impede a responsabilização penal e civil por suas opiniões, palavras e votos, desde que proferidos no exercício da função ou em razão dela.
- 108.** No crime culposo, a culpa consciente diferencia-se do dolo eventual porque, naquela, o agente prevê o resultado, mas acredita sinceramente que ele não ocorrerá em razão de suas habilidades ou sorte.
- 109.** Ocorre o crime impossível (tentativa inidônea) quando, por ineficácia relativa do meio ou por impropriedade relativa do objeto, é impossível consumir-se o crime.
- 110.** Na desistência voluntária e no arrependimento posterior, o agente responde apenas pelos atos já praticados, desde que impeça voluntariamente a consumação do delito.
- 111.** No crime culposo, admite-se a figura do ajuste prévio para fins de configuração de concurso de agentes (coautoria), visto que o resultado é involuntário.
- 112.** O peculato-desvio diferencia-se do peculato-apropriação porque, no primeiro, o funcionário público dá ao bem ou valor uma destinação diversa daquela para a qual foi entregue, em proveito próprio ou alheio.
- 113.** O crime de concussão exige, para sua consumação, que o funcionário público efetivamente receba a vantagem indevida exigida da vítima.
- 114.** Segundo a jurisprudência do STF, o princípio da insignificância é aplicável aos crimes cometidos contra a administração pública, desde que o prejuízo seja inferior a um salário mínimo.
- 115.** No crime de roubo, a utilização de arma de brinquedo (simulacro) configura a causa de aumento de pena relativa ao emprego de arma de fogo.
- 116.** A embriaguez preordenada, situação em que o agente se embriaga para praticar o crime, é considerada uma causa de exclusão da imputabilidade penal.
- 117.** O erro de proibição evitável não isenta o agente de pena, mas atua como causa de diminuição de pena de um sexto a um terço.
- 118.** A lei penal mais grave aplica-se ao crime continuado ou ao crime permanente, se a sua vigência é anterior à cessação da continuidade ou da permanência.
- 119.** O perdão do ofendido, nas ações penais públicas condicionadas à representação, é causa de extinção da punibilidade.

DIREITO PROCESSUAL PENAL

Priscila Silveira

- 120.** Os princípios do processo penal constituem fundamentos essenciais do devido processo legal, garantindo a proteção das liberdades individuais diante do exercício do poder punitivo do Estado. Nesse contexto, de acordo com o entendimento jurisprudencial, o princípio da verdade real admite a utilização de prova ilícita quando esta for favorável ao acusado.

121. À luz do Código de Processo Penal brasileiro e da doutrina, as imunidades parlamentares configuram restrições ao exercício da jurisdição penal, possuindo fundamento previsto na Constituição.

122. Considere a seguinte hipótese: Carlos, escrivão da Polícia Civil de um determinado estado, foi indiciado em inquérito policial pela suposta prática do crime de homicídio na forma tentada, ocorrido durante o exercício de suas funções, sob alegação de legítima defesa.

Com base nessa situação, analise o item a seguir.

Nessa circunstância, Carlos deverá ser citado para constituir defensor no prazo de 48 horas, contado a partir do recebimento da comunicação sobre a instauração do procedimento investigatório.

123. A respeito do inquérito policial e da ação penal, analise o item a seguir.

Não sendo hipótese de arquivamento e havendo confissão formal e detalhada por parte do investigado quanto à prática de infração penal sem violência ou grave ameaça, cuja pena mínima seja 4 anos, o Ministério Público poderá oferecer acordo de não persecução penal, desde que a medida seja considerada necessária e suficiente para a reprovação e prevenção do delito.

124. De acordo com o direito processual penal, nos crimes cuja ação penal pública dependa de representação, o ofendido ou seu representante legal perde o direito de representar caso não o exerça no prazo de seis meses, contado a partir da data da ocorrência do fato delituoso.

125. Conforme dispõe o Código de Processo Penal, não são admitidas no processo as provas ilícitas, devendo elas ser retiradas dos autos. Consideram-se ilícitas aquelas obtidas com violação a normas constitucionais ou legais. Da mesma forma, as provas que delas derivam também são, em regra, inadmissíveis, exceto quando não houver relação

de causalidade entre elas ou quando puderem ser obtidas por fonte independente.

126. Segundo as regras do processo penal, o interrogatório do acusado que estiver preso deve ocorrer, como regra, por meio de videoconferência, no próprio local onde ele se encontra custodiado, assegurando-se a segurança do magistrado, do representante do Ministério Público e dos demais participantes, bem como a participação do defensor e a publicidade do ato processual.

127. No que se refere ao tema prova no processo penal, responda a assertiva a seguir: a confissão possui caráter indivisível e pode ser retratada, cabendo ao juiz formar seu convencimento com base na apreciação conjunta de todas as provas produzidas nos autos.

128. Examine a situação hipotética a seguir e avalie o item subsequente conforme as disposições do Código de Processo Penal.

Carlos responde a processo perante a Justiça Federal pela suposta prática do crime de imigração ilegal. Durante a apresentação da defesa, o advogado do acusado requereu a juntada de documentos redigidos em língua estrangeira. Além disso, solicitou o reconhecimento da inadmissibilidade de uma prova apresentada pela acusação, por considerá-la ilícita, bem como a realização de acareação entre duas testemunhas. No que se refere aos documentos apresentados pela defesa, por estarem em idioma estrangeiro, poderão ser juntados imediatamente aos autos e, se necessário, deverão ser traduzidos por tradutor público ou, na sua ausência, por pessoa idônea designada pela autoridade competente.

129. A respeito das prisões cautelares, das medidas cautelares diversas da prisão e da liberdade provisória, analise o item a seguir.

A prisão preventiva não pode ser decretada em razão do descumprimento de obrigações impostas no âmbito de outras medidas cautelares.

130. De acordo com o processo penal, a autoridade policial poderá conceder fiança apenas nas hipóteses em que a infração penal tiver pena máxima de privação de liberdade não superior a quatro anos. Nas demais situações, o pedido de fiança deverá ser dirigido ao juiz competente, que deverá apreciá-lo no prazo de quarenta e oito horas.

131. Sobre o que descreve o Código de Processo Penal sobre as prisões provisórias, julgue o item.

Ninguém será recolhido à prisão, sem que seja exibido o mandado ao respectivo diretor ou carcereiro, a quem será entregue cópia assinada pelo executor ou apresentada a guia expedida pela autoridade competente, devendo ser passado recibo da entrega do preso, com declaração de dia e hora, sendo que este recibo poderá ser passado no próprio exemplar do mandado, se este for o documento exibido.

132. De acordo com o que estabelece o Código de Processo Penal, analise o item a seguir.

A prisão em flagrante de qualquer indivíduo, bem como o local onde ele se encontra custodiado, deve ser comunicada imediatamente ao juiz competente, ao Ministério Público, à família do preso ou à pessoa por ele indicada. Além disso, no prazo de até 24 horas após a realização da prisão, o auto de prisão em flagrante deverá ser encaminhado ao magistrado e, caso o autuado não informe o nome de seu advogado, uma cópia integral deverá ser remetida à Defensoria Pública.

133. Julgue o item a seguir.

Constatando que o acusado está se ocultando com a finalidade de evitar a citação, o oficial de justiça deverá certificar tal circunstância e realizar a citação por hora certa. Após efetivada essa modalidade de citação, caso o réu não compareça, será designado defensor para sua defesa.

134. De acordo com o CPP, nos processos que tratam de crimes de responsabilidade praticados por funcionários públicos, o magistrado deve determinar a notificação prévia do acusado, a fim de que apresente resposta preliminar no prazo de 10 dias.

LEGISLAÇÃO PENAL ESPECIAL

Antônio Pequeno

A Lei nº 12.850/2013, é a que trata da Organização Criminosa. Diante do exposto, julgue o item de nº 135, abaixo:

135. Para a ação controlada ser considerada lícita é necessária prévia decisão judicial autorizando.

136. O crime de tráfico se consuma com a prática de qualquer conduta prevista no tipo penal do art.33, "caput", da Lei nº 11.343/2006

137. Na Lei de Abuso de autoridade é possível a aplicação dos institutos despenalizadores previstos na Lei nº 9.099/1995

De acordo com a Lei nº 9.296/1996, Lei de Interceptação Telefônica, e o entendimento do Superior Tribunal de Justiça, julgue o item abaixo:

138. A alteração da competência não torna inválida a decisão acerca da interceptação telefônica determinada por juízo inicialmente competente para o processamento do feito.

139. De acordo com o Decreto-Lei nº 3.688/1941 (Lei das Contravenções Penais), julgue o item abaixo:

A tentativa de uma contravenção é punível.

140. De acordo com a Lei nº 9.503/1997, Código de Trânsito Brasileiro, e o entendimento do Superior Tribunal de Justiça, julgue o item abaixo:

O crime de embriaguez ao volante é crime de perigo concreto.

141. De acordo com a Lei nº 5.553/1968 e suas alterações (Apresentação e uso de documento de identificação pessoal), julgue o item a seguir com base em uma situação hipotética:

Um Policial reteve o documento de um cidadão após este se identificar para ingressar em um órgão público, por essa conduta o agente público será responsabilizado por uma contravenção penal.

142. De acordo com a Lei nº 7.960/1989 (Prisão Temporária), julgue o item a seguir com base em uma situação hipotética:

Um indivíduo praticou um crime de homicídio culposo, nesse caso pode ser decretada a prisão temporária pelo prazo de até cinco dias.

CRIMINOLOGIA E NOÇÕES DE CRIMINALÍSTICA

Alexandre Herculano

143. Acerca da conceituação e dos métodos utilizados pela criminologia, julgue o item abaixo.

A interdisciplinaridade da criminologia é uma construção moderna, verificada a partir do século XX.

144. Acerca da conceituação e dos métodos utilizados pela criminologia, julgue o item abaixo.

O método lógico abstrato ou dedutivo é utilizado para a definição do delinquente e as causas de sua conduta.

145. Julgue o item abaixo com base nos estudos criminológicos.

Na criminologia, a concepção do delinquente como um ser inferior, que é incapaz de dirigir por si mesmo a própria vida e cuja vontade requer uma eficaz e desinteressada intervenção tutelar do Estado, é típica da visão correccionalista.

146. Em relação às escolas penais e a sua evolução histórica e metodológica, julgue o item.

A terceira escola, também chamada de escola eclética, buscou superar o antagonismo entre as escolas clássica e positiva, mantendo a estrutura dogmática da imputabilidade e introduzindo as medidas de segurança para os inimputáveis.

147. Em relação às escolas penais e a sua evolução histórica e metodológica, julgue o item.

Uma das grandes contribuições da Escola Clássica para o ordenamento penal brasileiro diz respeito ao princípio da legalidade.

148. Com relação ao comportamento criminoso para as diferentes escolas criminais, julgue o item seguinte.

Para a escola clássica, que se ocupa da tipificação dos delitos em termos legais e objetivos, o crime é um ente jurídico e a responsabilidade penal se sustenta no livre arbítrio.

149. Julgue o item abaixo com base na Criminalística.

A doutrina classifica os vestígios conforme sua produção, assim, os vestígios produzidos involuntariamente pelo agente, como as impressões digitais, as manchas de material orgânico e outros, são conhecidos como vestígios acidentais.

150. Julgue o item abaixo com base nas principais doutrinas sobre a Criminalística.

A coleta de vestígios em um local de crime é ato exclusivo do perito oficial, sendo terminantemente vedada a sua realização por qualquer outro agente público, sob pena de nulidade da prova e configuração do crime de fraude processual, mesmo que o local já tenha sido liberado.

151. Julgue o item abaixo com base nas principais doutrinas sobre a Criminalística.

O início da cadeia de custódia ocorre estritamente no momento da coleta do vestígio pelo perito criminal no local do fato, não abrangendo as ações prévias de isolamento e preservação do ambiente imediato e mediato realizadas pelas primeiras guarnições policiais que chegam à cena do crime.

152. Julgue o item abaixo com base nas principais doutrinas sobre a Criminalística.

Na ausência de perito oficial, o exame de corpo de delito poderá ser realizado por duas pessoas idôneas, desde que sejam portadoras de diploma de curso superior, preferencialmente na área específica relacionada à natureza do exame, as quais deverão prestar o compromisso de bem e fielmente desempenhar o encargo.

153. Julgue o item abaixo com base nas principais doutrinas sobre a Criminalística.

O assistente técnico, indicado pelas partes (Ministério Público, assistente de acusação, ofendido, querelante ou acusado), poderá atuar durante toda

a fase de produção da prova pericial, acompanhando os exames desde o seu início no local do crime, a fim de garantir o pleno exercício do contraditório e da ampla defesa.

154. Julgue o item abaixo com base nas principais doutrinas sobre a Criminalística.

Caso os vestígios, de uma infração penal, tenham desaparecido, impossibilitando a realização do exame de corpo de delito direto ou indireto, a prova testemunhal poderá suprir-lhe a falta, excepcionando a regra geral de que a confissão do acusado não pode suprir a ausência do exame quando a infração deixar vestígios.

DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO CORRELATA

Géssica Ehle

Sobre a teoria geral dos Direitos Humanos, os Direitos Humanos na Constituição Federal de 1988 e os Sistemas de Proteção, incluindo normas como a Convenção Americana sobre Direitos Humanos (Pacto de São José da Costa Rica) e a Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948, bem como sua legislação correlata, julgue os itens a seguir.

155. A Declaração Universal dos Direitos Humanos assegura que toda pessoa tem direito a uma nacionalidade, proibindo expressamente que o Estado possa privá-la arbitrariamente dessa condição, excetuada a hipótese de pedido de mudança de nacionalidade.

156. Tendo consagrado o livre e pleno desenvolvimento da sua personalidade humana, a Declaração Universal dos Direitos Humanos proíbe qualquer restrição ao gozo de tal liberdade.

- 157.** Ainda que não o faça pormenorizadamente, a Declaração Universal dos Direitos Humanos menciona proteção aos direitos do autor.
- 158.** O uso dos instrumentos não letais vem disciplinado como parte obrigatória do conteúdo programático dos cursos de formação e capacitação dos agentes de segurança pública.
- 159.** Nos termos da Resolução nº 34/169, a qual estabelece o Código de Conduta para os Funcionários Responsáveis pela Aplicação da Lei, os agentes serão responsáveis por garantir a proteção da saúde de todas as pessoas sob sua guarda, devendo, sempre que necessário, adotar medidas imediatas para assegurar-lhes cuidados médicos.
- 160.** A partir do que promovem os Princípios Básicos sobre a Utilização da Força e de Armas de Fogo pelos Funcionários Responsáveis pela Aplicação da Lei, Governos e agências de aplicação da lei devem desenvolver diversos tipos de armas e munições que permitam o uso diferenciado da força e de armas de fogo, incluindo o desenvolvimento de armas não letais incapacitantes, as quais deverão ter seu uso rigorosamente controlado.
- 161.** Nos termos da Convenção Americana sobre Direitos Humanos (Pacto de São José da Costa Rica), promulgada pelo Decreto nº 678/1992, obrigatoriamente, os processados devem ficar separados dos condenados.
- 162.** Sobre os princípios essenciais dos Direitos Humanos, aquele que versa sobre a impossibilidade de que se atribua valor econômico sobre tais direitos corresponde ao princípio da imprescritibilidade.
- 163.** A primeira geração de Direitos Humanos tem como modelo de Estado o Estado Liberal.
- 164.** O Pacto de São José da Costa Rica, incorporado pelo Decreto nº 678/1992, traz como garantia judicial do acusado absolvido por sentença passada em julgado, que não seja submetido a novo processo pelos mesmos fatos.
- 165.** O Decreto 12.341/2024, que regulamenta a Lei nº 13.060, de 22 de dezembro de 2014, para disciplinar o uso da força e dos instrumentos de menor potencial ofensivo pelos profissionais de segurança pública, institui como competência do Ministério da Justiça e Segurança Pública, a desenvolver, com a participação dos órgãos de segurança pública, materiais de referência para subsidiar a implementação, dentre outros mecanismos, do uso de algemas.
- 166.** Dentre os Princípios Básicos sobre a Utilização da Força e de Armas de Fogo pelos Funcionários Responsáveis pela Aplicação da Lei, encontram-se aqueles sobre o policiamento de reuniões ilegais, os quais asseguram que, ao dispersar grupos ilegais mas não-violentos, os responsáveis pela aplicação da lei só poderão fazer uso de armas de fogo quando não for possível usar outros meios menos perigosos e apenas nos termos minimamente necessários.

ATIVIDADE DE INTELIGÊNCIA

Murilo Marques

- 167.** A atividade de inteligência, além de produzir conhecimentos e realizar ações visando a neutralização de vulnerabilidades, também serve para identificar oportunidades para a realização de objetivos das políticas públicas críticas para a segurança e bem-estar da sociedade.

- 168.** Conforme a Doutrina da Atividade de Inteligência, podemos considerar como eventos as medidas impetradas por países junto a organismos multilaterais de regulação competitiva, a fim de barrar a importação de produtos agrícolas brasileiros.
- 169.** A respeito dos princípios do elemento de operações, a Adaptabilidade determina que o elemento de operações seja estruturado de forma a possibilitar seu imediato acionamento sempre que necessário, com a máxima abrangência possível, considerando as ameaças elencadas nos instrumentos diretivos da atividade de inteligência.
- 170.** Dentre as fontes usadas por uma Agência de Inteligência, temos a chamadas Fortes Abertas, na qual a inteligência é realizada com base em dados disponíveis. Tal fonte possui limitações, dentre as quais, podemos destacar que ela demanda muito tempo de pesquisa, além de constantes atualizações.
- 171.** A contrainteligência ativa pode ser conceituada como o segmento da contrainteligência que preconiza a adoção de medidas e procedimentos destinados a detectar ação adversa e identificar o agente, além de avaliar, obstruir e neutralizar a atuação da inteligência adversa, a qual é compreende as seguintes ações: contraespionagem, contrainterferência, contrainsurgência e contraterrorismo. Dessa feita, pode-se conceituar a Contraespionagem como a vertente da contrainteligência ativa que preconiza a adoção de medidas e procedimentos destinados a detectar, identificar, avaliar, obstruir e neutralizar ações de interferência perpetradas por agentes adversos e que ameacem os interesses nacionais e a segurança do Estado e da sociedade.
- 172.** O ciclo de contrainteligência é composto de 6 fases, quais sejam: acompanhar, orientar, detectar, avaliar, decidir e agir. Ao passo que o ciclo de inteligência é composto de 5 fases, quais sejam: Objetivar, acompanhar, informar, decidir e agir.
- 173.** No que diz respeito às formas racionais de conhecer, temos que elas atuam no plano do conhecimento de inteligência e incluem: ideia, juízo e raciocínio. Sendo que o juízo é a elaboração mental a partir da qual juízos prévios permitem gerar logicamente novo juízo. Normalmente envolve uma conclusão.
- 174.** Conhecimento é uma representação individual passível de ser justificada como verdadeira. Para tanto é necessário se essa qualidade de verdadeiro pode ser atribuída ao seu conteúdo. Há três concepções de verdade que viabilizam essa avaliação: a correspondência, a coerência e o consenso. Cada uma dessas três concepções possuem um referente temporal; sendo assim: a correspondência tem como referente temporal o presente, a coerência tem como correspondente temporal o passado e o consenso tem como correspondente temporal o futuro.
- 175.** Quanto aos estados da mente, no Elemento de Análise, há quatro, sendo eles: ignorância, probabilidade, possibilidade e certeza. Sendo que os dois últimos são considerados válidos para a atividade de inteligência.
- 176.** A Metodologia de Produção de Conhecimento composta de 6 fases, quais sejam: planejamento, reunião, avaliação, integração e interpretação, formalização e validação e difusão e resultados. Tais procedimentos podem ocorrer em sequência, em paralelo ou de forma sobreposta, a depender de fatores como composição e organização da equipe, prazos e circunstâncias de produção.

177. A Política Nacional de Inteligência (PNI), documento de mais alto nível de orientação da atividade de Inteligência no País, foi concebida em função dos valores e princípios fundamentais consagrados pela Constituição Federal, das obrigações decorrentes dos tratados, acordos e demais instrumentos internacionais de que o Brasil é parte, das condições de inserção internacional do País e de sua organização social, política e econômica. É fixada pelo Presidente da República, após exame e sugestões do competente órgão de controle externo da atividade de Inteligência, no âmbito do Congresso Nacional. A PNI define os parâmetros e limites de atuação da atividade de Inteligência e de seus executores e estabelece seus pressupostos, objetivos, instrumentos e diretrizes, no âmbito do Sistema Brasileiro de Inteligência (SISBIN)

178. Para efeito da Política Nacional de Inteligência, consideram-se principais ameaças aquelas que apresentam potencial capacidade de pôr em perigo a integridade da sociedade e do Estado e a segurança nacional do Brasil.

A PNI, para o balizamento das atividades dos diversos órgãos que integram o Sistema Brasileiro de Inteligência (SISBIN), prioriza as seguintes ameaças: espionagem, sabotagem, interferência externa, ações contrárias à Soberania Nacional, ataques cibernéticos, terrorismo, atividades ilegais envolvendo bens de uso dual e tecnologias sensíveis, armas de destruição em massa, criminalidade organizada, corrupção e ações contrárias ao Estado democrático de Direito.

179. No que diz respeito ao controle da atividade de inteligência, tem-se que é exercido tanto de forma interna, quanto de forma externa. Dessa feita, o controle por parte do Poder Executivo, ou seja, a supervisão ministerial, é tido como controle externo à atividade e inteligência.

180. A Comissão Mista de Controle da Atividade de Inteligência (CCAI) é responsável pelo controle externo da Atividade de Inteligência, sendo constituída no âmbito do Congresso Nacional por deputados e senadores. Dentre os seus membros, estão o Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara dos Deputados e o Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado, os quais exercem a presidência da Comissão, alternadamente, pelo período de um ano.

Questão 1 (Conhecimentos Específicos)

Em 2024, órgãos do Sistema Brasileiro de Inteligência (SISBIN) detectaram a atuação deliberada de grupos que tentavam influenciar os rumos políticos do País para favorecer interesses estrangeiros em detrimento dos nacionais. Concomitantemente, identificou-se a tentativa de empresas de fachada para ter acesso, de forma dissimulada, a bens e tecnologias nas áreas química e biológica, para burlar os controles executados pelos órgãos de repressão. A fim de balizar a atuação institucional na resposta a esse cenário, os profissionais do sistema fundamentaram-se no conjunto de princípios orientadores que determina a primazia da verdade, da honra e da conduta pessoal ilibada, de forma clara e sem subterfúgios. Além disso, a atualização do documento de mais alto nível de orientação da atividade no País precisou passar por exame e sugestões do órgão de controle externo antes de ser fixada pelo Presidente da República.

Com base na situação hipotética, redija uma questão discursiva que responda aos seguintes tópicos:

1. Classifique as duas ameaças específicas perpetradas pelos grupos e pelas empresas de fachada, em conformidade com as definições literais da Política Nacional de Inteligência (PNI).
2. Identifique o pressuposto da atividade de inteligência que balizou o comportamento dos profissionais no caso descrito e aponte qual poder exerce o controle e a fiscalização externos da referida atividade.

Folha de Resposta

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

Questão 2 (Conhecimentos Específicos)

A criminologia moderna estabelece que o processo seletivo de criminalização acontece em duas etapas distintas: a primária e a secundária. Além disso, compreende-se que a prevenção criminal no Estado Democrático de Direito requer a implementação de políticas públicas que abordem as causas estruturais da delinquência.

Com base nos fundamentos da Criminologia abordados no texto motivador, elabore um texto discursivo respondendo aos seguintes tópicos:

1. Diferencie a criminalização primária da criminalização secundária, explicando como a seletividade e a desigualdade do sistema punitivo estatal se concretizam especificamente na fase secundária.
2. Explique o conceito de prevenção primária e correlacione-o com a mitigação dos fatores condicionantes sociais da criminalidade (como a desigualdade social, a pobreza e a exclusão social), demonstrando por que essa modalidade preventiva atua diretamente na raiz do conflito criminal.

Folha de Resposta

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

Peça Técnica

No ano de 2025, durante uma sessão de comissão na Câmara dos Deputados, o cidadão Marcos tentou ingressar à força em uma área de acesso restrito a parlamentares. O Policial Legislativo Federal João, que estava de serviço no local, emanou ordem legal para que Marcos parasse e se retirasse. Diante da negativa, o policial precisou intervir. Marcos, com o intuito de impedir a ação do agente público, desferiu socos contra João. Após ser contido e receber voz de prisão, Marcos passou a ofender severamente o policial, proferindo diversos xingamentos relativos à função por ele exercida, na frente de outros transeuntes.

Minutos depois, já nas dependências do departamento de polícia legislativa, Carlos, irmão de Marcos, aproximou-se do Policial João e ofereceu a quantia de R\$ 5.000 para que o agente liberasse seu irmão e omitisse o registro da ocorrência. O policial recusou a oferta e prendeu Carlos. Posteriormente, durante a fase de inquérito policial, o advogado de Carlos instruiu a testemunha Ana a mentir em seu depoimento oficial para favorecer seus clientes. Ana seguiu a instrução e fez afirmações falsas perante a autoridade competente.

Com base na situação hipotética, redija um PARECER que responda ao(s) seguinte(s) tópico(s):

1. Analise a conduta de Marcos no que se refere à oposição física contra a ordem emanada pelo agente de segurança.
2. Avalie o enquadramento jurídico das ofensas verbais proferidas por Marcos contra o policial após a imobilização.
3. Determine a responsabilidade penal de Carlos ao propor o pagamento financeiro ao servidor público, considerando a recusa deste último.
4. Explique a situação jurídica da testemunha Ana e do advogado em relação às declarações inverídicas prestadas no inquérito.

Folha de Resposta

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

Folha de Resposta

31	
32	
33	
34	
35	
36	
37	
38	
39	
40	
41	
42	
43	
44	
45	
46	
47	
48	
49	
50	
51	
52	
53	
54	
55	
56	
57	
58	
59	
60	

O QUE VOCÊ ACHOU DESTE SIMULADO?

*Conte-nos como foi sua experiência ao fazer este simulado.
Sua opinião é muito importante para nós!*

<https://forms.gle/3RC8pkHLNAnpSnxQ9>

NÃO É ASSINANTE?

Confira nossos planos, tenha acesso a milhares de cursos e participe gratuitamente dos projetos exclusivos. Clique no link!

<http://estrategi.ac/assinaturas>

CONHEÇA NOSSO SISTEMA DE QUESTÕES

Estratégia Questões nasceu maior do que todos os concorrentes, com mais questões cadastradas e mais soluções por professores. Clique no link e conheça!

<http://estrategi.ac/ok1zt0>
